

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP

THAMIRES SILVA DA CRUZ

**DEMOCRACIA E HORIZONTE POLÍTICO DE SOCIEDADE: CONSTRUÇÕES
DISCURSIVAS DE CANDIDATOS PELO PT NAS ELEIÇÕES DE 2018 E DE 2020 EM
ALAGOAS**

MACEIÓ - AL

2023

THAMIRES SILVA DA CRUZ

**DEMOCRACIA E HORIZONTE POLÍTICO DE SOCIEDADE:
CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE CANDIDATOS PELO PT NAS ELEIÇÕES
DE 2018 E DE 2020 EM ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Psicologia do Instituto de Psicologia
(IP) da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito para obtenção
do grau de Bacharel em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Frederico Alves
Costa.

MACEIÓ - AL

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNA: Thamires Silva da Cruz

TÍTULO:

Democracia e horizonte político de sociedade: construções discursivas de candidatos pelo PT nas eleições de 2018 e de 2020 em Alagoas

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **FREDERICO ALVES COSTA**
Data: 01/03/2023 14:09:17-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Frederico Alves Costa – ORIENTADOR

Documento assinado digitalmente
 **LAZARO BATISTA DA FONSECA**
Data: 01/03/2023 12:57:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Lazaro Batista – AVALIADOR

APROVADO EM: 28/02/2023

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS RIBEIRO MESQUITA**
Data: 01/03/2023 16:27:20-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DO IP

RESUMO

O artigo aborda resultados de uma pesquisa que objetivava analisar as repercussões da conjuntura política nacional na construção de horizontes políticos de sociedade por políticos que disputaram eleições pelo PT em 2018 e em 2020 em Alagoas; e problematizar como estas construções discursivas favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários no país. Focalizamos quatro momentos históricos: a) manifestações de “Junho de 2013”; b) Impeachment/Golpe de 2016; c) eleições de 2018; d) eleições de 2020. Metodologicamente, construímos uma pesquisa bibliográfica sobre os momentos históricos (recorrendo a produções bibliográficas) e, a partir de fontes documentais secundárias, discutimos a trajetória política dos políticos selecionados. Depois, entrevistamos os políticos e, com o auxílio do software NVivo8, delimitamos as demandas sociais e fronteiras políticas presentes em seus discursos. Também discutimos os horizontes políticos construídos por eles e problematizamos como estas construções discursivas favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários. A análise teve como referencial teórico a Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe. Observamos que os discursos dos políticos investigados repercutem, sobretudo, as construções discursivas de Bolsonaro, Lula e Dilma e consideramos que, diferentemente de fortalecerem discursos autoritários, defendem demandas de grupos sociais historicamente marginalizados na esfera pública brasileira e constroem os adversários como legítimos.

Palavras-Chave: Democracia; política; políticos; Alagoas; Maceió

Democracy and the political horizon of society: discursive constructions of PT candidates in the 2018 and 2020 elections in Alagoas

ABSTRACT

The article discusses the results of a research that aimed to analyze the repercussions of the national political situation in the construction of political horizons of society by politicians who disputed PT elections in 2018 and 2020 in Alagoas; and problematize how these discursive constructions favored or not the strengthening of authoritarian discourses in the country. We focus on four historical moments: a) manifestations of “June 2013”; b) Impeachment/Coup of 2016; c) 2018 elections; d) 2020 elections. Methodologically, we constructed a bibliographic research on historical moments (using bibliographical productions) and, from secondary documentary sources, we discussed the political trajectory of the selected politicians. Afterwards, we interviewed the politicians and, with the help of the NVivo8 software, we

delimited the social demands and political borders present in their speeches. We also discuss the political horizons built by them and how these discursive constructions favored or not the strengthening of authoritarian discourses. The analysis had as theoretical reference the Discourse Theory, developed by Ernesto Laclau and by Chantal Mouffe. We observed that the discourses of the investigated politicians echo, above all, the discursive constructions of Bolsonaro, Lula and Dilma and we consider that, unlike strengthening authoritarian discourses, they defend demands of historically marginalized social groups in the Brazilian public sphere and construct opponents as legitimate.

Keywords: Democracy; policy; politicians; Alagoas; Maceió

Democracia y horizonte político de la sociedad: construcciones discursivas de los candidatos del PT en las elecciones de 2018 y 2020 en Alagoas

RESUMEN

El artículo discute los resultados de una investigación que tuvo como objetivo analizar las repercusiones de la coyuntura política nacional en la construcción de horizontes políticos de la sociedad por parte de los políticos del PT que disputaron las elecciones en 2018 y 2020 en Alagoas; y problematizar cómo estas construcciones discursivas favorecieron o no el fortalecimiento de los discursos autoritarios en el país. Nos enfocamos en cuatro momentos históricos: a) manifestaciones de “Junio 2013”; b) Juicio político/golpe de Estado de 2016; c) elecciones de 2018; d) elecciones 2020. Metodológicamente, construimos una investigación bibliográfica sobre momentos históricos (utilizando producciones bibliográficas) y, a partir de fuentes documentales secundarias, discutimos la trayectoria política de los políticos seleccionados. Posteriormente, entrevistamos a los políticos y, con la ayuda del software NVivo8, delimitamos las demandas sociales y las fronteras políticas presentes en sus discursos. También discutimos los horizontes políticos contruidos por ellos y discutimos cómo estas construcciones discursivas favorecieron o no el fortalecimiento de los discursos autoritarios. El análisis tuvo como referente teórico la Teoría del Discurso, desarrollada por Ernesto Laclau y por Chantal Mouffe. Observamos que los discursos de los políticos investigados hacen eco, sobre todo, de las construcciones discursivas de Bolsonaro, Lula y Dilma y consideramos que, a diferencia de los discursos autoritarios, defienden demandas de grupos sociales históricamente marginados en la esfera pública brasileña y construyen opositores como legítimo.

Palabras clave: democracia; política; políticos; Alagoas; Maceió

INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no Brasil em 1980, em um contexto de lutas pelo fim da ditadura civil-militar, tendo desempenhado um importante papel nas lutas sociais. O surgimento do partido foi resultado da articulação entre movimentos sociais urbanos, rurais e movimentos sindicais, a partir da necessidade de um partido que fortalecesse as ações grevistas e as reivindicações dos movimentos sociais (Vieira, 2012).

Observamos mudanças discursivas do PT durante toda a sua trajetória (deslocamentos no discurso, novas alianças, entre outros). Nesse sentido, a eleição presidencial de 2002, que resultou na vitória do candidato petista Lula, foi um momento importante para se observar mudanças em relação às demandas sociais defendidas historicamente pelo partido.

Apesar da campanha eleitoral de Lula apresentar críticas ao neoliberalismo, a Carta ao Povo Brasileiro, publicada por Lula, apresenta o compromisso com demandas neoliberais. Desse modo, podemos identificar que o horizonte político de sociedade construído por Lula e pelo PT naquele momento articulava demandas sociais presentes na corrente tradicional petista e demandas econômicas presentes na corrente neoliberal que caracterizava os governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira).

Essa estratégia política aponta para a construção de uma cadeia alternativa àquelas duas antagônicas anteriores - a petista tradicional e a neoliberal. Essa cadeia alternativa contribuiu – principalmente, ao assumir demandas neoliberais - para que o conflito pela nomeação da ordem social entre os dois principais partidos brasileiros nas eleições eleitorais – PT e PSDB – ainda que se mantivesse, ficasse “embaçado”.

O segundo mandato de Lula em 2006 continuou sendo caracterizado pela construção de uma cadeia alternativa, visando satisfazer demandas historicamente antagônicas na sociedade brasileira. Em relação aos programas que marcaram o segundo governo, “a intenção [do governo] era transformar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inaugurado em 2008, na principal marca do segundo mandato, assim como o Bolsa Família fora a principal bandeira dos primeiros quatro anos”¹. O projeto foi comandado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que participava das decisões em matérias econômicas e foi apresentada por Lula como “mãe do PAC”.

Na eleição de 2010, o PT lançou Dilma Rousseff como candidata à Presidência como sucessora dos governos de Lula. Durante o governo Dilma ocorreram as jornadas de junho de

¹ Instituto Lula. Vida de Lula. Disponível em: <<https://www.institutolula.org/lula>>. Acesso em: 12/10/2022.

2013 – que se iniciaram com a demanda da redução da tarifa da passagem de ônibus, mas seguiram caracterizadas por uma heterogeneidade de demandas sociais.

Pinto (2017) aponta que a maioria das pessoas que foram às ruas não eram pessoas organizadas (no sentido de pertença a partido político ou a movimento social), mas sim indignadas com a corrupção e com os políticos, além de identificarem no governo petista a culpa pelo que chamavam de caos na saúde, na educação e na segurança. A autora menciona ainda a ausência de militantes/eleitores do PT, os quais historicamente estiveram presentes em manifestações de rua desde a redemocratização, e acrescenta que as articulações políticas construídas pelos governos petistas não se sustentaram naquele contexto em decorrência da heterogeneidade de demandas articuladas na cadeia discursiva, contribuindo para a desmobilização e para a fragmentação dos setores de esquerda do espectro político.

As manifestações continuaram no final do primeiro governo Dilma em defesa de discursos antipetistas e antissistemas, construídas por organizações políticas de cunho liberal na economia e conservador nos costumes como o movimento “Vem pra rua” (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). A eleição presidencial de 2014, que teve Aécio Neves como principal candidato opositor ao governo Dilma, ocorreu neste contexto adverso ao PT, ao governo Dilma e ao sistema político (Firmino, 2017; Perez, 2019).

O segundo governo Dilma também foi marcado por manifestações de rua, ocorridas ao longo de 2015 e 2016 em defesa do impeachment da presidenta. Essas manifestações eram compostas, principalmente por grupos de perfil conservador com convicções de cunho segregador e autoritário (Messenberg, 2017). Para Firmino (2017), as manifestações serviram como um importante ingrediente da crise política que levou ao processo de impedimento da presidenta Dilma, protagonizado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), com o apoio da oposição e do vice-presidente Michel Temer (PMDB).

Almeida (2017) salienta que as argumentações dos deputados para destituição da presidenta estavam pautadas em aspectos morais ligados à família e à Deus (religião). O que nos permite pensar sobre o avanço do conservadorismo no Brasil nos últimos anos. Por outro lado, aqueles que votaram contra o impeachment apontaram o caráter golpista do processo jurídico-político.

Sobre a transição do segundo governo de Dilma para o governo Temer, é importante salientar que Temer construiu seu discurso em torno da centralidade da mesma demanda defendida por Dilma: a recuperação da estabilidade econômica do país. No entanto, havia estratégias distintas. Enquanto Dilma defendia um ajuste nas contas públicas sem interferência

em programas sociais, Temer defendeu e aprovou cortes de investimentos com a PEC do “Teto dos gastos”, aprovou a Reforma Trabalhista e acelerou o debate sobre a Reforma da Previdência Social.

Araújo e Carvalho (2021) apontam que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016 fortaleceu a construção da candidatura de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Esta eleição foi caracterizada pelo ultraliberalismo, pelo militarismo e pelo reacionarismo político-cultural (Carvalho, 2019). Bolsonaro venceu a eleição sob um discurso que construía o PT como um inimigo a ser destruído. Cabe ressaltar que a candidatura do PT, com Fernando Haddad, foi a última a ser registrada em razão da expectativa sobre a possibilidade da liberdade do pré-candidato Lula, preso no ano eleitoral acusado de corrupção, no interior do processo da Operação Lava-Jato.

A candidatura de Bolsonaro, ao articular equivalencialmente demandas de uma agenda autoritária com demandas de uma agenda neoliberal, tendo como fronteira política o petismo, construiu um discurso populista de direita no Brasil (Silva e Rodrigues, 2021). Com a expansão da cadeia bolsonarista, intensificou-se a polarização entre setores conservadores e progressistas. Após 2018, o PT começou a se reorganizar em frentes amplas, articulando-se, por exemplo, com opositores históricos do PT, como é o caso de Geraldo Alckimin, que na eleição de 2022 veio a ser candidato a vice-presidente na chapa de Lula. O PT buscava, desse modo, disputar a construção da ordem social com a cadeia discursiva bolsonarista.

Em Alagoas, nas eleições de 2018, o PT teve 32 candidaturas para deputados estadual, mas não obteve êxito em nenhuma, sendo os candidatos Genivaldo da Fetag e Hermínio dos Santos Silva os mais votados. Para as eleições de 2020, o PT lançou inicialmente 38 pré-candidaturas para vereadores, 32 candidaturas foram deferidas, e também a candidatura de Ricardo Barbosa e Elida Miranda para a prefeitura de Maceió. As candidaturas para vereador de Dr. Valmir e do Todos Mandato Coletivo foram as mais expressivas e somente Dr. Valmir foi eleito pela legenda. No que diz respeito à prefeitura, o PT não passou para o segundo turno, ficando a disputa entre Alfredo Gaspar (MDB) e João Henrique Caldas (Partido Socialista Brasileiro - PSB). Segundo Amaral (2020), Marcelo Nascimento, presidente do PT Maceió, relatou à Tribuna Hoje que

As candidaturas postas para o segundo turno não representam o que o PT deseja para Maceió. Alfredo Gaspar é a continuidade do Rui Palmeira, além de ter uma visão punitivista e de gestão pública que diverge muito da que tem o PT, que é a da participação popular, democrática e humanista. É uma visão antagônica a do PT. Já o JHC, é uma candidatura que tem em seu seio principal, figuras que dão sustentação

ao bolsonarismo em Maceió, além de ter votado a favor do impeachment da Dilma e das reformas que retiraram direitos dos trabalhadores.

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, pelo PSL (Partido Social Liberal), esse partido ganhou visibilidade em Alagoas. Seguindo a disputa nacional entre PT e PSL, após as eleições de 2020, o presidente municipal do PSL em Maceió, Flávio Moreno, e um grupo de advogados, solicitaram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) uma ação de investigação para apurar suposta fraude eleitoral nas chapas dos vereadores dos partidos: PT, Partido Social Cristão (PSC), PSDB e PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (Costa, 2020). O PSL não elegeu nenhum vereador

Como observamos, sobretudo a partir de 2013, vivenciamos no Brasil uma conjuntura política caracterizada pelo fortalecimento da extrema direita no país, que constrói discursos autoritários em termos da organização da ordem social.

Esse artigo discorre sobre resultados de uma pesquisa que visou analisar as repercussões dessa conjuntura política nacional, na construção de horizontes políticos de sociedade pelos candidatos mais votados pelo PT em Alagoas nas eleições de 2018 (deputado estadual) e de 2020 (vereador de Maceió), e problematizar como estas construções discursivas favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários. Concebemos horizontes políticos de sociedade como uma construção discursiva sobre o projeto político que se defende em termos do modo de organização da sociedade, considerando a problematização sobre a ordem social vigente e a proposição de uma outra ordem a ser construída. A construção da análise, como veremos na metodologia, foi realizada a partir da teoria democrática proposta por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe.

A conjuntura política alagoana apresenta uma especificidade em relação a outros estados do nordeste brasileiro: diferentemente do que se observou nas capitais desses outros estados, Bolsonaro foi o candidato a presidente mais votado na capital alagoana nas eleições de 2018 e de 2022. De acordo com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, na eleição de 2018 Bolsonaro obteve 268.027 votos contra 166.838 obtidos por Fernando Haddad em segundo turno². Na eleição de 2022, Bolsonaro teve 273.549 votos contra 204.887 obtidos por Lula.³ O que indica a relevância de se pensar o impacto do fortalecimento dos discursos

² Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas de eleição 2018. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_abrangencia=Munic%C3%ADpio&clear=RP&session=213532068284426, Acesso em: 29/01/2023.

³ Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas de eleição 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?p0_turno=2&session=203064301542487, Acesso em: 29/01/2023.

autoritários no país nas construções discursivas de candidatos que concorreram a eleições estaduais e municipais em Alagoas.

Salientamos que a pesquisa que embasa este artigo é parte de uma pesquisa ampla desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia Política da UFAL que buscou investigar políticos vinculados a quatro partidos políticos relevantes na história recente brasileira, que tiveram filiados ocupando o cargo de presidente da República desde o fim da ditadura militar: PSDB, PT, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o PSL.

METODOLOGIA

Investigamos neste artigo a construção de horizontes políticos de sociedade pelos candidatos do PT que foram os mais votados para deputado estadual na eleição de 2018 (Genivaldo da Feta e Hermínio dos Santos Silva) e para vereador, para Maceió, na eleição de 2020 (Dr. Valmir e Todos Mandato Coletivo); e problematizamos como estas construções discursivas favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil.

Para alcançarmos estes objetivos: a) produzimos uma contextualização sobre quatro momentos históricos em que se observa a construção de discursos autoritários no país - manifestações de “Junho de 2013”; Impeachment/Golpe de 2016; eleições de 2018; eleições de 2020 – e sobre a trajetória política dos políticos selecionados para a pesquisa; b) delimitamos as demandas sociais presentes no discurso destes políticos, analisando o modo como são articuladas em seus discursos e as fronteiras políticas (relação entre “nós” e “eles”) a partir das quais eles são constituídos; c) problematizamos em que medida os horizontes políticos de sociedade construídos pelos políticos selecionados para a pesquisa favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários.

A fim de construirmos uma discussão sobre os momentos históricos focalizados na pesquisa, fizemos uma pesquisa bibliográfica utilizando o Periódico Capes (através do acesso da Comunidade Acadêmica Federada e na ferramenta de busca avançada). Foram excluídos artigos que não correspondiam com o debate dos momentos históricos, artigos repetidos e artigos em língua estrangeira. Além disso, todos os descritores foram cruzados com o descritor “Partido dos Trabalhadores” a fim de focalizar a atuação do partido nos momentos históricos.

Para as Manifestações de Junho, utilizamos os descritores "Jornadas de Junho" and "Partido dos Trabalhadores" em qualquer campo, com os filtros de tempo (2013-2022), artigos revisados por pares e em português, resultando em 21 artigos, dos quais foram selecionados 11 artigos para a leitura. Para o Impeachment, utilizamos os descritores "Impeachment" and "Partido dos Trabalhadores" em qualquer campo, com os filtros de tempo (2016-2022), artigos

revisados por pares e em português, resultando em 123 artigos. A fim de reduzir esse número, inserimos o descritor “Impeachment” no campo assunto, resultando em 43 artigos, sendo selecionados 27 para a leitura.

Para as eleições de 2018 e 2020, devido à baixa quantidade de artigos, só utilizamos o filtro artigos em português. Com os descritores "Eleição 2018" and "Partido dos Trabalhadores" encontramos 12 artigos, sendo todos selecionados para a leitura. Utilizando "Eleição 2018" and “Alagoas” encontramos dois artigos e selecionamos um. Com os descritores "Eleição 2020" and "Partido dos Trabalhadores" e "Eleição 2020" and “Alagoas” não houve resultado. Utilizando apenas o descritor "Eleição 2020", encontramos sete artigos, sendo seis selecionados para a leitura.

Também na primeira fase da pesquisa realizamos uma pesquisa documental a fim de construirmos uma contextualização histórica sobre a trajetória política dos políticos selecionados para a pesquisa, focalizando a relação entre essa trajetória e os quatro momentos históricos salientados anteriormente. A utilização de documentos é relevante porque são lidos como a sedimentação das práticas sociais ao informar, estruturar decisões e constituir leituras particulares dos eventos sociais (May, 2004). Acessamos, inicialmente, os sítios da Assembleia Legislativa de Alagoas e da Câmara Municipal de Maceió. Pela escassez de materiais, recorremos a outras fontes não previstas inicialmente na pesquisa: acessamos o jornal Tribuna Hoje, que apresentou o maior quantitativo de notícias referentes aos candidatos; o portal jornalístico Gazeta Web, gerido pelo Grupo Gazeta, que representa um dos jornais de mais repercussão no estado; a rede social Twitter, a qual observamos ser também um espaço de veiculação de notícias; e o sítio do diretório estadual do PT.

Foram utilizados como descritores o nome de cada candidato e foram obtidos os seguintes resultados: 1) Genivaldo – 16 notícias, sendo três da Assembleia Legislativa de Alagoas, 11 do jornal Tribuna Hoje e duas do Twitter (que encaminhou para o portal da Gazeta Web); 2) Hermínio – nenhum material; 3) Valmir – 20 notícias, sendo uma encontrada no sítio da Câmara dos Vereadores de Maceió, 16 no jornal Tribuna Hoje, uma na Mídia Caeté, encontrada via Twitter, duas no Diretório Estadual do PT; 4) Todos Mandato Coletivo – 79 notícias somado o resultado de todos os integrantes. Como o descritor “Todos Mandato Coletivo” só apresentou dois resultados no sítio do Tribuna Hoje, foram utilizados os nomes dos políticos que compuseram a candidatura: a) José Roberto Mendes do Amaral – não houve resultados; b) Danubia Barbosa – 16 notícias no Tribuna Hoje; c) Gustavo Pessoa – 31 notícias no Tribuna Hoje; d) Marcelo Nascimento – 30 notícias, sendo 27 no Tribuna Hoje e três no Diretório Estadual do PT.

Para delimitar as demandas sociais presentes no discurso destes políticos, analisar o modo como são articuladas, identificar as fronteiras políticas a partir das quais eles são constituídos e problematizar em que medida os horizontes políticos de sociedade construídos pelos políticos selecionados para a pesquisa favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários, também realizamos entrevistas semiestruturadas com os políticos selecionados.

A entrevista semiestruturada é uma forma de coleta de dados a partir de um processo de interação social (entrevistador e entrevistado), caracterizada pela utilização de um roteiro previamente elaborado de questões que giram em torno de um objetivo e/ou tema a ser investigado e sua flexibilidade na incorporação de questões que emergiram no decorrer da entrevista (Manzini, 2004). Entendemos que elas se coadunam com o objetivo e o referencial teórico da pesquisa pois favorecem a importância da subjetividade na explicação da realidade social (Howarth, 2005), sendo este aspecto fundamental para a compreensão sobre as construções discursivas dos sujeitos.

Para a realização das entrevistas, entramos em contato com o Diretório Estadual e Municipal do PT através do e-mail e redes sociais e com cada político individualmente. Realizamos entrevistas com Danúbia Barbosa, Marcelo Nascimento, Gustavo Pessoa e Zé Roberto que construíram a candidatura do Todos Mandato Coletivo; com o vereador eleito Dr. Valmir; e com o político Genivaldo da Fetag. Marcamos uma entrevista com o outro candidato a deputado estadual mais votado, porém este não compareceu e não retornou as tentativas de contato. Diante da ausência de materiais sobre ele, não realizamos a análise sobre a construção discursiva deste político. Ademais, tivemos uma conversa com José Adelmo, articulador das campanhas petistas em Alagoas.

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da UFAL (CAAE: 42098821.0.0000.5013) e as entrevistas foram realizadas sob autorização dos participantes, através da assinatura do Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.). Todos os participantes, exceto o candidato que não retornou o contato, autorizaram a utilização dos seus nomes e a gravação em áudio das entrevistas. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e categorizadas com o auxílio do Software *QSR NVivo 8* que possibilita compilar, comparar e categorizar os materiais.

A análise dos materiais foi realizada a partir da análise do discurso, tendo como fundamentação teórica a Teoria do Discurso pós-estruturalista desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe. Howarth (2005, p.3) concebe que “a conduta do analista do discurso é somente significativa dentro de uma teoria social e política particular, juntamente com suas premissas ontológicas centrais e com objetivos políticos gerais”. Além disso, o autor salienta

que se deve haver um cuidado para evitar o empiricismo a-teórico ou o teoricismo do problema de pesquisa, necessitando um trabalho de elaboração teórica que articula conceitos e lógicas que estão, pelo menos inicialmente, localizadas em diferentes níveis de abstração, focadas em diferentes níveis de análise e extraídas de uma variedade de problemas teóricos.

Corroborando com Howarth (2005), consideramos que todos os objetos e práticas são significativos (discursos), e que os significados sociais são contextuais, relacionais e contingentes, sendo estes aspectos fundamentais para a compreensão sobre as construções discursivas dos sujeitos. Tal compreensão da análise do discurso é aplicada nesta pesquisa ao permitir triangular a teoria com produções discursivas documentais e entrevistas.

A dinâmica política (desconstrução e construção da ordem social) é compreendida neste trabalho a partir de uma perspectiva discursiva que compreende o discurso como um modo de nomeação simbólica da realidade. Nomeação que ocorre a partir da articulação contingente entre demandas sociais e da configuração de horizontes políticos de sociedade, delimitando determinados modos de ser e de viver. Discurso é, portanto, uma prática social (Laclau e Mouffe, 2015).

DISCURSO, DEMOCRACIA E A CONSTRUÇÃO DO POVO

A Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe situa-se em um campo teórico pós-estruturalista que entende os sujeitos e a sociedade numa concepção contingente e não essencialista. A premissa fundamental do pós-estruturalismo reside na impossibilidade de se conceber a ideia de centro ou fundamento último (Mendonça e Rodrigues, 2014). Trata-se então de uma teoria pós-fundacionalista que se destaca na configuração social atual: tempo de contestação de verdades pré-estabelecidas, de desnaturalização, de reativação de sedimentos, de descentramentos estruturais (Mendonça, Linhares e Barros, 2016). O fundamento, portanto, é a ausência de fundamento. Tal perspectiva contribui para as reflexões pretendidas na pesquisa.

Como não há fundamento a priori, o discurso (que não é algo essencialmente relativo à fala ou à escrita) constitui-se a partir da *relação* entre um conjunto de elementos que constrói uma significação sobre a realidade, não apresentando esta relação, como dito, nenhum fundamento a priori que privilegie alguns elementos em detrimento de outros (Laclau, 2013). O discurso é uma tentativa de fixação de sentidos no interior de disputas políticas pela nomeação da realidade. O autor concebe que “O discurso constitui o território primário da construção da objetividade enquanto tal” (Laclau, 2013, p. 116), pois toda configuração social é uma configuração simbólica.

Nesta perspectiva discursiva, a democracia, para Mouffe (2015), é concebida como uma sociedade histórica por excelência, caracterizada pela indeterminação e por disputas políticas relativas aos modos de constituição da ordem social, de modo que a constituição da ordem social é dependente da construção de articulações políticas contingentes entre demandas sociais presentes em um contexto histórico específico, sendo o conflito entre uma pluralidade de formas de vida constitutivo da unidade política. Para Laclau (2013), a democracia só é radical se faz possível a introdução na cena política de sujeitos historicamente excluídos desta cena em uma determinada sociedade.

Os avanços democráticos do Estado dependem de uma relação de forças que não pode ser definida a priori. “O objeto de luta não é simplesmente ganhos pontuais, mas maneiras de articular forças que permitirão que tais ganhos sejam consolidados” (Laclau e Mouffe 2015. p. 92). Neste caso, para o avanço democrático é preciso de iniciativas políticas em diferentes áreas sociais que consiga articular uma dispersão de elementos (demandas) dentro da ordem social a partir de pontos de antagonismos.

Para a análise do horizonte político de sociedade buscamos delimitar no discurso dos políticos elementos considerados fundamentais por Laclau (2013) para a compreensão do “povo” como uma lógica política: a) demandas sociais; b) a articulação entre estas demandas a partir da lógica da equivalência ou da lógica da diferença; c) o estabelecimento de fronteiras políticas (nós x eles), a partir da noção de antagonismo. A categoria analítica “povo” permite evidenciar a dinâmica da construção de horizontes políticos de sociedade, ao qual buscamos debater no discurso dos políticos

As demandas sociais são reivindicações decorrentes de insatisfações relativas à ordem social presente. É a unidade de análise para a compreensão de horizontes políticos de sociedade, na medida em que estes são construídos a partir da articulação entre demandas sociais. A lógica da diferença caracteriza-se pela busca de satisfação desta demanda a partir da afirmação de sua particularidade no interior desta ordem social. A lógica da equivalência, diferentemente, caracteriza-se pela articulação entre demandas que não foram satisfeitas na ordem social vigente por meio de suas particularidades através do estabelecimento de uma fronteira antagônica que delimita um “nós” (o “povo”) e um “eles” (forças que impedem a satisfação de todas as demandas). Vale ressaltar que esta fronteira não é rígida, ela se desloca diante da exclusão ou inclusão de novas demandas na cadeia equivalencial. Ademais, o estabelecimento da identidade popular (“nós”) se faz a partir de um processo de nomeação da cadeia equivalencial, caracterizado por uma das demandas que constitui a cadeia alcançar a condição de um significante vazio, ou seja, representar a totalidade das demandas da cadeia.

Mouffe (2015) concebe “que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo” (p. 19): enquanto uma relação antagônica implica conceber o outro como um inimigo a ser destruído; em uma relação agonística as forças conflitantes, mesmo em desacordo, reconhecem a legitimidade uma da outra. É a partir desse debate que construímos a análise se os discursos dos políticos investigados favoreceram ou não o fortalecimento de discursos autoritários. Outro critério importante a ser considerado na afirmação de uma forma de sociedade democrática é a introdução na cena política de sujeitos historicamente excluídos desta cena em uma determinada sociedade (Laclau, 2008; Mouffe, 2009; Mouffe, 2015).

CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE HORIZONTES POLÍTICOS DE SOCIEDADE PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Genivaldo da Fetag

Genivaldo Oliveira da Silva ficou conhecido como Genivaldo da Fetag em decorrência do seu trabalho desenvolvido na Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) em defesa da geração de emprego e garantia de direito dos agricultores do estado. O político é agricultor familiar, residente em Arapiraca, cidade do agreste alagoano, porém atua também em Maceió por ser cidade-sede da administração da Fetag. Genivaldo atualmente está no segundo mandato no cargo de Secretário de Administração e Finanças da Fetag depois de dois mandatos na função de presidente. Foi candidato a deputado estadual em 2018 pelo PT, obtendo 8.821 votos, no entanto, não conseguiu se eleger.

No que se refere às manifestações de junho de 2013, Genivaldo considera que já representavam o início de um golpe, concretizado em 2016. Apesar das manifestações de 2013 e também de 2014, a oposição ao governo Dilma não conseguiu vencer as eleições de 2014. Entretanto, Genivaldo aponta que após a reeleição a oposição passou a aprovar “pautas-bomba”, as quais o governo jamais conseguiria satisfazer, bem como a se organizar para eleger os presidentes da Câmara e do Senado, deixando uma situação bastante complicada para o governo. De acordo com Genivaldo, as centrais sindicais compreenderam naquele momento que iria ser necessário “arregaçar as mangas” porque o país iria passar a enfrentar um momento bem difícil.

A demanda por direitos dos trabalhadores, mais especificamente, dos trabalhadores da agricultura é central na construção discursiva de Genivaldo referente aos momentos históricos focalizados na pesquisa, apresentando, em cada um dos momentos, atores distintos

(empresários rurais, ex presidentes Temer e Bolsonaro, mídia), mas que podem ser nomeados como um “eles” que atua para a negação daqueles direitos.

Genivaldo entende o Impeachment como um golpe contra a ex-presidente Dilma, promovido, principalmente, pela classe empresarial, pelos latifundiários e pelos defensores do agronegócio. Para ele, este golpe significou também um golpe contra os direitos dos trabalhadores conquistados nas três gestões petistas anteriores, ressaltando inclusive que o governo de Michel Temer (MDB) extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelas políticas da agricultura familiar e foi articulador da Reforma da Previdência Social.

Nas eleições de 2018, Genivaldo foi candidato a deputado estadual, segundo ele, defendendo demandas relativas à agricultura familiar, ao fortalecimento dos assalariados do campo e a melhores negociações trabalhistas com o setor canavieiro. Na campanha, destacou a dificuldade na disputa, ressaltando o coronelismo e a compra de votos. Aponta que com o avanço da sua candidatura, houve perseguições tanto na tentativa de comprar seus aliados, dirigentes de movimentos rurais, quanto de inviabilizar a sua candidatura com denúncias de propaganda irregular.

O candidato também ressaltou a criminalização ao PT promovida pela mídia naquele contexto, repercutindo na candidatura, pois observava-se uma forte rejeição das pessoas à campanha quando sabiam que se tratava de uma candidatura petista: “era como se nós tivéssemos uma doença contagiosa”. Genivaldo se ressentiu sobre a inexistência de um deputado estadual na Assembleia Legislativa de Alagoas que defendia demandas relacionadas à agricultura familiar.

Articulada à crítica ao antipetismo, Genivaldo aponta uma fronteira política em relação ao presidente Jair Bolsonaro, indicando que a vitória eleitoral dele em 2018 e o governo construído por ele representam o que há de pior na política e na economia, sendo responsável por grandes ataques aos trabalhadores e à população empobrecida. Neste sentido, ele cita a escassez de concursos públicos, a privatização da Petrobras e dos Correios, o fim do Programa Bolsa Família, o fim do imposto sindical. Genivaldo também critica o governo Bolsonaro por ter contribuído para demandas homofóbicas e racistas, indicando que reivindicações por direitos destas minorias sociais devem ser consideradas na construção de um horizonte político de sociedade.

No que se refere ao contexto de 2018, Genivaldo também constrói uma fronteira política em relação ao governo Temer (MDB), tendo participado de maneira incisiva nas manifestações contra as reformas propostas por esse governo. Entretanto, é interessante considerar que, em

Alagoas, o MDB é um partido aliado ao PT, tendo o PT apoiado à reeleição de Renan Filho, em 2018, para governador. Diferente de outros políticos filiados ao PT e entrevistados na pesquisa, Genivaldo fez críticas à gestão de Renan Filho, pois, segundo ele, esse governo engavetou projetos de formação profissional técnica para filhos de agricultores familiares. Ademais, compreende que a relação entre PT-MDB em Alagoas é desproporcional: “eu vejo que o espaço [público de gestão cedido pelo MDB] é pequeno para a fidelidade que nós sempre tivemos com o PMDB aqui em Alagoas”. O que indica que, apesar de ser uma relação histórica, há divergências sobre ela entre integrantes do PT. Interessante, ressaltarmos que o PT Alagoas apoiou o candidato à governador Paulo Dantas (MDB), na eleição de 2022, e Renan Calheiros e Renan Filho, políticos filiados ao MDB, apoiaram a candidatura de Lula (PT) para a presidência da República, não fazendo campanha para Simone Tebet (candidata do MDB à presidência da República).

Observamos na trajetória de Genivaldo da Fetag que há uma relação equivalencial entre as demandas rurais de defesa da agricultura familiar com as demandas de direitos dos trabalhadores, defesa de previdência social, da indústria nacional e defesa de pautas identitárias a partir da construção de uma fronteira antagonica com as elites econômicas e líderes do agronegócio que foram representados nas políticas dos governos Temer e Bolsonaro. O antagonismo é visibilizado na medida em que ele evidencia demandas sociais a partir do estabelecimento de fronteiras políticas com os discursos destes ex-presidentes. A defesa da agricultura familiar atua como o significante vazio na construção discursiva de Genivaldo, sendo esta demanda que nomeia e articula a cadeia de equivalência produzida em seu discurso.

Podemos observar também repercussões dos discursos de Dilma e de Lula no que se refere ao modo que Genivaldo concebe a construção do golpe de 2016 e na forma em que entende a atuação de adversários políticos: como atores que golpearam direitos conquistados nas gestões petistas. Por outro lado, é importante notar divergências do político com o PT Alagoas em relação à articulação com o MDB no estado e com setores com os quais Lula construiu alianças durante seus governos no intuito de ampliar a cadeia lulista como é o caso do agronegócio.

Dr. Valmir

Dr. Valmir foi candidato a vereador por Maceió no ano de 2020. Dos políticos investigados na pesquisa, foi o único eleito, sendo o candidato a vereador mais votado do PT naquela eleição. Dr. Valmir iniciou a sua vida política no movimento estudantil durante a ditadura civil-empresarial-militar quando estudava medicina. Após ter se formado, fez parte do

Sindicato dos Médicos de Maceió (SindSaúde) e lançou a sua primeira candidatura à vereança de Maceió, segundo ele, em 1982, pelo MDB. Sua segunda candidatura foi no ano 2000, pelo PT, partido para o qual migrou no início da década de 1990 após o convite de um amigo, mas novamente não conseguiu se eleger. Sendo assim, se afastou do movimento partidário e focou novamente na atuação sindical até 2011. Posteriormente, dedicou-se aos estudos para o mestrado e para a realização de concurso público, tendo sido aprovado no concurso para professor na Uncisal (Universidade Estadual de Ciências de Alagoas), onde trabalhou durante quase seis anos.

Segundo o Dr. Valmir, suas demandas sempre se centraram na área da saúde, em razão, inclusive, da sua profissão, defendendo o SUS, a melhoria das condições de vida das pessoas, ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos no serviço público de saúde. Em 2022, esteve à frente da mobilização contra a privatização da atenção primária da saúde proposta pelo prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PSB – Partido Socialista Brasileiro).

A compreensão do político sobre alguns dos momentos históricos focalizados na pesquisa indica discordâncias em relação a modos de atuação do PT, o que é observado também na sua atuação atual como vereador na Câmara dos Vereadores de Maceió.

Nas jornadas de junho de 2013, o médico relata que observou as movimentações “de fora”. Para ele, o PT ainda não fez uma avaliação profunda do que foram as manifestações e da própria atuação do partido, já que as forças conservadoras tomaram as mobilizações pela ausência de forças progressistas. Em suas palavras: “considero que foi um movimento brilhante da sociedade, demonstrando que as opiniões não são só nossas, que a gente tem que entender isso e, acho, foi um exemplo pro PT né, pra aprender, pra entender”.

As manifestações de junho de 2013 repercutiram nas eleições de 2014. Dr. Valmir aponta para o acirramento da disputa entre Dilma e Aécio, entendendo que este acirramento decorreu também da falta de trabalho de base do PT durante os anos de gestão. O que significou a ausência de diálogo do PT com a população sobre os programas sociais criados como o Fies e o Minha Casa Minha Vida, deixando a população à mercê do debate ideológico de políticos adversários. Esse afastamento com a base ficou ainda mais evidente, segundo o político, na decisão de Dilma, após eleita em 2014, em satisfazer demandas econômicas dos adversários dela como com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda.

Quanto ao Impeachment de 2016, Dr. Valmir entende que ele não teve legitimidade jurídica, tendo sido um ato político. Segundo o vereador, alguns fatores foram cruciais para a efetivação desse processo como: a) o enfraquecimento de Dilma e do PT nos anos anteriores;

b) a tecnicidade de Dilma na atuação política, não tendo muita habilidade para negociar; c) o desrespeito sofrido por Dilma pelo fato de ser uma presidenta mulher.

No que diz respeito as eleições de 2018, Valmir considera que foi uma decisão acertada do PT manter a candidatura de Lula até o último momento, pois o contrário seria assumir a culpa das acusações à Lula na operação Lava-Jato. Concebe que a vitória de Jair Bolsonaro representou o fomento a um governo de destruição de políticas públicas como de saúde e educação.

Sobre sua atuação na Câmara dos Vereadores desde que foi eleito, Dr. Valmir aponta que, diferente das articulações que fazia nos movimentos sociais, há a necessidade de negociação e flexibilidade com os adversários para posteriormente aprovar projetos que atendam as demandas da população que representa. Segundo o vereador, em um discurso proferido a JHC e aos vereadores, sua posição foi que “a gente [gestão petista] vai fazer um mandato de independência. Projetos que visam melhorar a sociedade, a gente vota a favor. Projeto que for contra, vai votar contra”. Essa postura pragmática vem causando conflito entre Dr. Valmir e a base do PT que cobra um debate ideológico e um rompimento com adversários declarados bolsonaristas.

Embora apresente tensão e discordâncias nas articulações com o PT, Dr. Valmir permanece organizado, considerando os êxitos da trajetória política do partido no âmbito da defesa e efetivação de demandas que contribuíram para a expansão da democracia no país. Esta tensão evidencia que as articulações em torno de um horizonte político não significam dizer a perda total da particularidade de demandas, não há necessariamente homogeneidade em vínculo político.

A defesa de demandas de políticas públicas de saúde, educação e moradia estão articuladas equivalencialmente ao serem defendidas diante do estabelecimento de uma fronteira política com demandas convergentes com políticas econômicas neoliberais. O horizonte político construído por Dr. Valmir aproxima-se do proposto pelo ex-presidente Lula e pela ex-presidenta Dilma, principalmente em relação à defesa do fortalecimento de políticas públicas como o SUS, sendo a defesa pela saúde pública a demanda que nomeia sua cadeia discursiva.

A abertura do candidato para a construção de articulações políticas com vereadores da Câmara Municipal não localizados à esquerda no espectro político converge também com o modo de estabelecer articulações políticas por parte de Lula, sendo a Carta aos Brasileiros de 2002 e a construção de uma frente ampla nas eleições de 2022 dois exemplos dessa construção discursiva. Importante considerar que Dr. Valmir é atualmente o único vereador de Maceió filiado a um partido de esquerda.

Todos Mandato Coletivo

O Todos foi uma chapa com proposta de mandato coletivo construída para as eleições de 2020, para vereador, pela candidata Danúbia Barbosa e pelos candidatos José Roberto Mendes do Amaral (registrado como o candidato da chapa no Tribunal Superior Eleitoral), Gustavo Pessoa e Marcelo Nascimento. Das candidaturas do PT, o Todos foi a segunda que recebeu mais votos, porém não conseguiu se eleger.

Danúbia e Gustavo tiveram uma trajetória política muito semelhante no que diz respeito a dinâmica partidária. Ambos passaram pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PT, PROS (Partido Republicano da Ordem Social) e, até a finalização dessa pesquisa, estavam filiados ao AVANTE. Zé Roberto já esteve no PCdoB e MDB no período da ditadura civil-militar, migrando para o PT logo depois. Marcelo atuou em Comunidades Eclesiais de Base, associações de bairro, movimento LGBTQIAP+ e, em termos partidários, sempre esteve filiado ao PT.

No que se refere às manifestações de junho de 2013, há um consenso sobre a legitimidade das demandas que emergiram no início das manifestações. No entanto, apontam para a oposição midiática à gestão petista e para a adesão de movimentos de direita como o MBL e o VPR, bem como para o afastamento de movimentos de esquerda das manifestações e para o enfraquecimento de Dilma e do PT.

Com relação ao Impeachment da presidenta Dilma, é unânime a compreensão que foi um golpe para a interrupção de um governo progressista, tendo Michel Temer participado desse processo. Danúbia argumenta que a insatisfatória mediação política de Dilma junto à pluralidade de atores que se articulavam no interior da cadeia lulista e também junto aos adversários e o fato de a presidenta ser mulher serviram como motivações para o golpe. Gustavo apontou que o enfraquecimento do PT e de Dilma foi decorrência da implementação por ela, no segundo governo, de um programa político distinto do defendido na campanha de 2014 junto à sua base eleitoral, desmobilizando sua base; e da organização da direita em torno, inclusive, do afastamento das forças conservadoras que davam sustentação ao governo no Congresso. Marcelo acredita que o golpe foi consequência da insatisfação de elites nacionais e internacionais com as políticas sociais promovidas pelos governos do PT, tendo elas se aproveitado da crise internacional para derrubarem o governo Dilma, bem como também ressalta a misoginia naquele contexto. E Zé Roberto aponta o protagonismo do MBL e VPR com financiamento de empresários brasileiros nesse processo, o que também é indicado por Marcelo.

Para as eleições presidenciais de 2018, consideram que o PT não conseguiu fazer as articulações necessárias, lançando uma chapa composta por políticos de dois partidos de esquerda (PT e PCdoB). Os quatro políticos estabelecem uma fronteira política com o governo Bolsonaro, entendendo que ele representa setores reacionários, conservadores e demandas alusivas ao machismo, racismo e homofobia, as quais combatem em suas trajetórias políticas. Danúbia, que foi candidata a vice-governadora de Alagoas em 2018, pelo PSOL, apontou que a esquerda não conseguiu lidar com a ascensão do Bolsonaro e acabou produzindo o movimento #EleNão que dialogava apenas com os pares, não agregando novas pessoas.

Na eleição de 2020 lançaram a candidatura do Todos Mandato Coletivo com a proposta de ser um mandato altamente representativo pela diversidade identitária das pessoas que construíram a candidatura: uma mulher negra, um professor, um ex-sindicalista e um militante do movimento LGBTQIAP+. No entanto, a análise posterior de Gustavo, ao contrário do que consideram os outros integrantes do Todos, foi que essa diversidade acabou prejudicando a votação, pois eleitores que se identificavam com a demanda de um político podia não se identificar com a de outro presente na chapa.

Este é um aspecto importante de ser considerado, pois apesar das repercussões do discurso de Bolsonaro, de Temer, de Lula e de Dilma nos discursos dos quatro políticos, apresentando identificações com horizontes políticos de sociedade construídos pela/o ex-presidentes petistas e fronteiras políticas com demandas defendidas por Bolsonaro, a compreensão de Gustavo denota a prevalência da diferença (particularidade das demandas de cada um) sobre à equivalência entre as demandas de cada um no modo de configuração simbólica do Todos (“nós”). A derrota eleitoral do Todos, seguida da desfiliação do PT por Gustavo e por Danúbia e da filiação dela e dele a outros partidos que consideram mais abertos para a construção de candidaturas orientadas por posições políticas diversas, com mandatos mais individualizados (como concebem o Avante), contrasta com posições como a de Marcelo e de Zé Roberto que questionam a compreensão do mandato como sendo do candidato eleito. Para eles, o mandato é do Partido ou daqueles que o elegeram.

Entendemos, a partir da compreensão dos candidatos sobre a configuração do Todos, que o mandato coletivo construído pode ser entendido em torno do que Prado e Costa (2011), a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), vão nomear como estratégia de aliança: a incorporação, num momento pontual, no discurso de determinados atores, de demandas diferentes das defendidas por eles, mas sem que isso acarrete num processo de ressignificação da identidade de cada um, podendo ou não, a posteriori, levar à construção de um horizonte político de sociedade comum.

HORIZONTES POLÍTICOS DE SOCIEDADE E O FORTALECIMENTO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL

Os momentos históricos investigados denotaram a desestabilização da ordem social hegemônica estabelecida pelas gestões presidenciais petistas durante 13 anos de governo, levando à construção de antagonismos a nível nacional que também repercutiram nos níveis locais, como observado nas eleições para vereador em Maceió e para deputado estadual em Alagoas. Genivaldo da Fetag apontou para o expurgo ao PT promovido pela extrema-direita que emergiu no Brasil no contexto relativo aos momentos históricos selecionados na pesquisa:

[...] o pessoal que são da extrema-direita que fica difícil, você não consegue nem dialogar com ele, já tão com a condição formada independente de tudo isso, de ter inocentado o ex-presidente Lula. Ainda continua né, que os outros pode roubar o que quiser, mas o PT e Lula é ladrão. E isso que acabou com o país, aí você não fala em economia... o que é que nós somos hoje, o que é que o Brasil era, o que o Brasil é hoje, não querem saber né.

Este trecho da entrevista explicita um aspecto importante de ser considerado em uma forma de sociedade democrática: o reconhecimento do adversário como legítimo na esfera pública na medida em que compartilhem os princípios da liberdade e da igualdade. Genivaldo indica que independente de resultados da investigação sobre o ex-presidente Lula, esse e o PT são entendidos pela extrema-direita como corruptos, ou seja, atores que não deveriam ter legitimidade na esfera pública, inviabilizando o diálogo e as ações de expansão da democracia propiciadas pelos governos petistas. Como já apontado, para Mouffe (2015), o modelo de política amigo/inimigo, na qual o “eles” deveria ser destruído, é incompatível com a democracia, pois esta tem como princípio o respeito a pluralidade das formas de vida, sendo essencial a transformação da relação entre “inimigos” (antagonismo) para a relação entre adversários legítimos (agonismo).

De um modo geral, observamos que as construções discursivas dos políticos investigados não contribuíram para o fortalecimento de discursos autoritários, ao contrário, são caracterizados pela expansão da esfera pública, na medida em que defendem a legitimidade de demandas relativas a grupos sociais historicamente marginalizados na sociedade, como os agricultores rurais, as mulheres, negros, LGBTQIAP+ e pobres corroborando com horizontes políticos de sociedade produzidos por Lula e Dilma.

Percebemos também que os políticos investigados, diferente do que Genivaldo aponta sobre a atuação da extrema-direita, reconhecem a legitimidade de adversários e entendem que as suas manifestações devem ser debatidas no espaço público, estabelecendo uma relação

agonística com eles. Esse aspecto pode ser notado, principalmente, na compreensão sobre a legitimidade das manifestações de junho de 2013. Ademais, mesmo diante do golpe de 2016 e da eleição de 2018, fundamentados na criminalização do PT, em lógicas misóginas contra a ex-presidenta Dilma e em demandas reacionárias que visavam a redução de direitos e de legitimação na esfera pública, sobretudo, de grupos sociais historicamente marginalizados, há a crítica a construção do ódio ao “eles” na dinâmica política. Esta compreensão sobre o “eles” pode ser observada no modo que Dr. Valmir constrói sua relação com os adversários na Câmara Municipal de Maceió:

Claro, tem divergências, ninguém né... todo mundo sabe que tem colegas aqui na casa que tem posições ideológicas diferente da nossa, mas tem que ter respeito né? E até permitir que eles apresentem as ideias deles né? Por que se não for... porque se eu for apresentar a minha, por que o outro não pode apresentar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura atual denota uma polarização política que foi visibilizada em 2013 e fortalecida nos últimos anos, principalmente, desde 2018, com a candidatura à presidência da República e vitória de Jair Bolsonaro.

Os discursos construídos pelos participantes da pesquisa denotam a defesa de demandas sociais diversas, mas compartilham: a) o estabelecimento de fronteiras políticas em relação a demandas sociais e a atores políticos privilegiados durante os governos Temer e Bolsonaro que sustentam a construção de um horizonte político de sociedade que reduzem direitos trabalhistas e o próprio reconhecimento de determinadas demandas sociais na esfera pública, por exemplo, a de movimentos sociais LGBT; b) a defesa da democracia e das instituições democráticas.

A pesquisa permitiu conhecer trajetórias políticas, demandas sociais, fronteiras políticas construídas por políticos alagoanos e, assim, possibilitou entender os horizontes políticos de sociedade que defendem. Ainda que seja fundamental a produção de análises sobre a conjuntura política nacional, com essa pesquisa buscamos visibilizar a necessidade de também focalizarmos a dinâmica política local e estadual, pois nos permite perceber como o fortalecimento de discursos autoritários no país estão sendo fomentados ou não em contextos menores, os quais também impactam nos processos de subjetivação, inclusive, no modo em que os indivíduos compreendem a democracia e as instituições democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R. (2017) Os Deuses do Parlamento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 71-79.

Amaral, C. (2020), Presidente do PT defende neutralidade no 2º turno em Maceió. **Tribuna Hoje**. Disponível em: < <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2020/11/18/64077-presidente-do-pt-defende-neutralidade-no-2o-turno-em-maceio>>. Acesso em: 18/11/2022.

Araújo, M. S. S. e Carvalho, A. M. P. (2021). Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálisis**, v. 24, n1, p. 146-156.

Carvalho, A. M. P. (2019). Desmonte dos direitos da classe trabalhadora: assistentes sociais no combate ao conservadorismo. In: **40º Encontro de Assistentes Sociais do Maranhão**. Conferência de abertura. São Luís: MA.

Costa, C. V. (2020) PSL quer cassar votos do PT, PSC, PRTB e PSDB. **Tribuna Hoje**. Disponível em: < <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2020/12/17/64235-psl-quer-cassar-votos-do-pt-psc-prtb-e-psdb>>. Acesso em: 18/11/2022.

Firmino, G. C. (2017). Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: Uma análise dos movimentos e manifestantes. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 47, p. 209-227.

Howarth, D. (2005). Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In Howarth, David e Torfing, Jacob (Orgs.), **Discourse Theory in European Politics** (p. 316-349). New York: Palgrave Macmillan.

Laclau, E. (2008). Atisbando el futuro. In CRITCHLEY, S. & MARCHART, O. (Orgs.). Laclau. **Aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.

Laclau, E. (2013). **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas.

Laclau, E. e Mouffe, C. (2015) **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Bauru. **Anais...** A pesquisa qualitativa em debate: 2004.

May, T. (2004). Pesquisa documental: escavações e evidências. In: **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. p. 205-230. Porto Alegre: Artmed.

Mendonça, D.; Linhares, B. F.; Barros., S. (2016). O fundamento como "fundamento ausente" nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, 18(41), 164-194.

Mendonça, D. e Rodrigues, L. P. (2014). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Messenberg, D. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648.

Mouffe, C. (2009) **The democratic paradox**. London: Verso.

Mouffe, C. (2015). **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577-596.

Pinto, C. R. J. (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, 100: 119-153.

Prado, M. A. M. e Costa, F. A. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Revista Sociedade e Estado**, n. 3, p. 685-716.

Silva, M. G. D., & Rodrigues, T. C. M. (2021). O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, 26(1), 86–107.

Vieira, R. (2012) O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, n. 17, 1-58.